

POLÍTICAS PÚBLICAS E CONFLITO AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO¹

Fernanda Fonseca Pessoa Rossoni², Hygor Aristides Victor Rossoni³, Sonaly Cristina Rezende Borges de Lima⁴

RESUMO – Diante da discussão da problemática relativa ao projeto de integração - transposição - de bacias do Rio São Francisco, este ensaio tem o objetivo analisar aspectos referentes à política pública, ao conflito ambiental e à governança, na busca de formação do arcabouço teórico e conceitual sobre a temática envolvida. Em termos de desafios, há muito tempo, a transposição das águas do Rio São Francisco divide a opinião de muitos especialistas e da sociedade, seja pelos desafios técnicos envolvidos nas obras ou pelos problemas referentes à gestão das águas em uma das regiões com mais problemas socioeconômicos do Brasil. Em termos de política pública, verifica-se que reconhecer o processo de formulação de uma determinada política setorial e avaliar seu estágio atual torna-se primordial para a busca da efetividade e do cumprimento dos requisitos de promoção dos propósitos para a qual foi concebida. Por outro lado, os conflitos passam a existir quando um ou mais atores sociais disputam algo que passou a ser escasso e que serve como suprimento da necessidade de todos. Trata-se de uma oposição ou embate entre forças e interesses opostos, indicando que um ou mais atores sociais estão em disputa pelo controle de um território, uma população ou um recurso natural, como a água, por exemplo. Neste contexto, no Projeto de Integração de Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco se destaca pelo fato de as relações de poder e o comportamento histórico dos diferentes agentes sociais influírem na conformação dos conflitos e na governança sobre o direito ao uso, acesso, consumo e gestão dos recursos hídricos, imprimindo diferentes formas de participação/exclusão nas intervenções realizadas para o acesso seguro à água. Assim, este ensaio técnico origina-se de uma pesquisa documental sobre o histórico do Projeto de Integração de Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e os princípios básicos das Políticas Públicas em Saneamento e de Governança, de forma a proporcionar elementos para um estudo mais amplo sobre efeitos da percepção/discurso dos atores hegemônicos (poder público e especialistas) no processo de elaboração/implantação de novas políticas públicas e projetos.

Palavras-chave: conflitos ambientais, políticas públicas, rio São Francisco, transposição de bacias.

PUBLIC POLICY AND ENVIRONMENTAL CONFLICT IN BASIN SÃO FRANCISCO RIVER

ABSTRACT – *Before the discussion of issues concerning the integration project - implementation - the basins of the São Francisco River, this paper aims to analyze aspects related to public policy, environmental conflict and governance, seeking training on the theoretical and conceptual overview of the theme involved. In terms of challenges, it appears that, long ago, the transposition of the waters of the São Francisco River divides the opinion of many experts and society, either by technical challenges involved in the works and the problems related to water management in one of regions with more socioeconomic problems of Brazil. In terms of public*

¹ Parte das discussões do projeto de tese conduzido pela primeira e orientado pela última autora, respectivamente. Recebido para publicação em 30 /04 /2013 e aprovado em 23/ 05 /2013.

² Jornalista e Mestre em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos (PPGSMARH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Assessora de Comunicação do Campus UFV - Florestal. E-mail correspondente: fernanda.rossoni@ufv.br

³ Engenheiro Ambiental e Mestre em Ciência Florestal pela UFV, doutorando do PPGSMARH da UFMG. Professor do Campus UFV - Florestal.

⁴ Engenheira Civil e Mestre pelo PPGSMARH da UFMG. Doutora em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (CEDEPLAR/UFMG). Professora Adjunta da Escola de Engenharia da UFMG.



policy, it appears that recognize the process of formulating a policy sector and assess its current stage becomes paramount in the quest for effectiveness and compliance with the requirements for the promotion of the purposes for which it was designed. Moreover, the conflicts come into existence when one or more social actors vying something that has become scarce and that serves as the need to supply everyone. It is an opposition or struggle between opposing forces and interests, indicating that one or more social actors are in dispute for control of a territory, a population, or a natural resource such as water, for example. In this context, the Integration Project Watershed of the Rio São Francisco stands out because of the power relations and the historical behavior of the different actors influencing the conformation of conflicts and governance over the right to use, access, use and management of water resources by printing different forms of participation / exclusion in interventions to secure access to water. Thus, this technical assay stems from documental research on the history of the Integration Project Watershed of the Rio São Francisco and the basic principles of Sanitation in Public Policy and Governance, to provide elements for a broader study effect of perception/ discourse of hegemonic actors (government and experts) in the preparation/ implementation of new public policies and projects

Keywords: environmental conflict, public policy, river transposition, São Francisco river.

1. INTRODUÇÃO

Em meio à seca no Nordeste do Brasil, com as obras atrasadas, um tema que, há muito tempo, divide a opinião de especialistas é a transposição das águas do Rio São Francisco. Nesse contexto, a ministra do Planejamento⁵ pede às pessoas do sertão nordestino para que “tenham fé” (Scarpin, 2012).

Em seus estudos sobre o acesso à água em Guayaquil (Equador), Swyngedouw (2004) verificou que as relações de poder e o comportamento histórico dos diferentes agentes sociais influem na conformação dos conflitos – apropriação e poder – sobre o direito ao uso, acesso, consumo e gestão dos recursos hídricos, imprimindo diferentes formas de participação/exclusão nas intervenções realizadas para o acesso seguro à água.

No Brasil, a região Nordeste dispõe de apenas 3% da reserva de água doce do país, sendo que mais da metade do território é semiárido. Um dos rios perenes que atravessa o sertão é o São Francisco, o qual concentra 63% da oferta hídrica da região.

A bacia do rio São Francisco é marcada por sua grande extensão (645 mil km², correspondendo a 8% do território brasileiro) e pelos contrastes sociais, políticos e econômicos. Passando por seis estados (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Goiás), além do Distrito Federal, possui uma população de treze milhões de pessoas, distribuídas em 503 municípios, sendo que 53% estão localizados em áreas do semiárido com escassez de água (Empinotti, 2011).

As diferenças sociais e econômicas na bacia também podem ser observadas por meio das variações nos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na região. Conforme Empinotti (2011), no alto São Francisco (sudeste brasileiro), o IDH está acima da média nacional – 0,839, sendo esta média 0,792 –, no baixo São Francisco (região nordeste), o IDH chega a valores como 0,507.

Assim, visando abastecer o semiárido nordestino, o desvio de parte da vazão do Rio São Francisco foi cogitado várias vezes, desde o séc. XIX, para abastecimento do semiárido nordestino. Entretanto, só em 2007, o Governo Federal implantou o projeto e, na ocasião, a finalização das obras estava prevista para 2010. Atualmente, o novo prazo para tal é 2015 e o nome oficial do projeto é “Projeto de Integração de Bacias do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do nordeste setentrional” (Scarpin, 2012).

Conforme destacado na literatura, apesar de sua incontestável importância para verificar os erros e acertos das opções assumidas pelo Estado, e contribuir para eventuais ajustes de rumo (Belloni et al., 2003, p.135), a avaliação de políticas públicas representa uma linha de pesquisa com escassa produção bibliográfica no Brasil (Heller et al., 2006; Heller & Castro, 2007), sendo que os próprios pesquisadores da área de ciências sociais reconhecem que, ainda que os estudos venham se expandindo, esta permanece sendo uma área incipiente, com um déficit de contribuição efetiva ao conhecimento (Frey, 2000; Arretche, 2003; Trevisan & Bellem, 2008).

Assim, como afirma Costa (2003, p.26), reconhecer o processo de formulação de uma determinada política

⁵ A então ministra de Planejamento do governo Lula, Mírian Belchior, ao anunciar o término do projeto para 2015 - não 2010 - e pelo dobro do valor previsto, garantiu que a água chegará.



setorial e avaliar seu estágio atual torna-se primordial para a busca da efetividade e do cumprimento dos requisitos de promoção da saúde, do ambiente e da qualidade de vida.

Neste contexto, o principal objetivo deste trabalho é discutir a problemática envolvida no projeto de integração de bacias do Rio São Francisco, tendo como objeto de análise aspectos referentes à política pública, ao conflito ambiental e à governança.

2. ARCABOUÇO TEÓRICO-CONCEITUAL

Para alcançar o objetivo proposto, buscou-se contextualizar e discutir os antecedentes, as causas e os impactos do projeto de Transposição das águas do Rio São Francisco, focando os aspectos que evidenciam que este é um tema polêmico e que se trata de um conflito pelo uso da água.

Conforme Santos et al. (2011), os conflitos passam a existir quando um ou mais atores sociais disputam algo que passou a ser escasso e que serve como suprimento da necessidade de todos. Trata-se de uma oposição ou embate entre forças e interesses opostos, indicando que um ou mais atores sociais estão em disputa pelo controle de um território, uma população ou um recurso natural, como a água, por exemplo. Não é, necessariamente, sinônimo de guerra, pois não é um combate ou luta armada entre nações, grupos ou facções, com o emprego de estratégia militar. Desta forma, pode-se dizer que toda guerra é resultado de um conflito, mas que pode haver conflito sem que se chegue ao estado de guerra.

Assim, nas seções a seguir, serão abordados os condicionantes envolvidos no projeto, os quais opõem transposição e revitalização, bem como governança e conflito ambiental.

3. CONDICIONANTES ENVOLVIDOS NO PROJETO DE INTEGRAÇÃO E DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Segundo Silva (2011), a partir de meados do século XX, o Estado Brasileiro passou a interferir no semiárido Nordeste com medidas como a utilização de uma porcentagem das rendas tributárias federais em projetos de aproveitamento do potencial econômico do rio São Francisco e afluentes. Nesse período, o movimento a favor da transposição foi conquistado adeptos,

principalmente quando as secas agravavam o quadro das populações miseráveis.

Segundo Empinotti (2011), visando solucionar os elevados níveis de desigualdade e pobreza na região, o governo federal, nos anos 1950, implementou práticas desenvolvimentistas que transformaram a bacia do Rio São Francisco em um exemplo de modernização. O objetivo era promover o desenvolvimento no interior do Brasil por meio de navegação, irrigação, construção de estradas, investimento em comunicações, redes de distribuição de água e coleta de esgoto e construção de hidrelétricas. Assim, atualmente, o rio São Francisco, que é responsável pela maior parte do suprimento de água da Região Nordeste, tem construído, no seu leito, oito das 16 hidrelétricas da região, além de quatro grandes reservatórios: Três Marias, Itaparica, Xingó e Sobradinho, o maior reservatório de água da América Latina.

Na década de 1980, por meio do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), dentro do Plano de Irrigação do Semiárido, renovou-se o interesse pelo Rio São Francisco, com o objetivo de complementar as águas dos rios nordestinos com uma captação de 42,4 m³/s de sua vazão. Nos anos 1990, no governo de Itamar Franco, o então Ministro da Integração Nacional, Aluísio Alves (ex-governador do Rio Grande do Norte), resgatou a discussão sobre a transposição, propondo a construção de um canal em Cabrobó, que retiraria 150 m³/s de água para beneficiar áreas do Ceará e do Rio Grande do Norte. Entretanto, o projeto foi vetado tanto pelo Tribunal de Contas da União (TCU), devido à previsão dos gastos, quanto pelo Ministério da Agricultura, por não fazer parte do planejamento da administração federal (Santos et al., 2011).

Em 2000, o deputado Marcondes Gadelha propôs que o projeto fosse implementado “o quanto antes”, incluindo a venda da “Companhia Hidro Elétrica do São Francisco” (CHESF), para sustentar economicamente o empreendimento. Propôs, ainda, a transposição do rio do Sono (Tocantins) para o Rio São Francisco para “compensar a perda de recursos hídricos” (Silva, 2011, p.3). Tanto o projeto quanto os custos foram justificados com o argumento de que os gastos seriam menores que os das medidas emergenciais contra a seca, bem como que a execução propiciaria o desenvolvimento econômico e social da região (Machado, 2008).

Neste contexto e durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, a versão do projeto é

redesenhada, incluindo duas transposições para levar água para a Paraíba. Depois, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) desenvolve um projeto de irrigação para o semiárido, com as obras estipuladas para efetivação em 25 ou 30 anos. Assim, em 1994, o projeto final fica sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE).

O Governo FHC desistiu do projeto de transposição por muitos e diversos motivos: i) a ausência de consenso político em sua própria base de apoio; ii) a saída do governo em maio de 2001, do principal defensor do projeto, o então ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra (PTB-RN); iii) o projeto previa possibilidade de queda em até 10% da produção de energia da Central Hidrelétrica do São Francisco, o que causaria danos em um contexto nacional de racionamento energético, somando-se a esses fatos, as várias audiências públicas de análise do Relatório de Impacto Ambiental do projeto de transposição, canceladas por decisão judicial e pela forte articulação dos movimentos sociais contrários ao projeto; iv) em 2002, ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, convenceu, por fim, o presidente FHC de que era um erro o projeto em questão (Silva, 2011).

Em junho de 2001, o Governo Federal lançou o Decreto - Lei nº 3883, que substituiu o projeto de transposição por um projeto de revitalização, e assim, foi criado o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), composto pelos secretários de recursos hídricos dos estados envolvidos no debate, além do IBAMA, da Agência Nacional de Águas e representantes da sociedade civil.

Entretanto, em 2003, no primeiro governo de Lula, foi enviado ao Congresso Nacional o plano de investimentos para o período 2004-2007, o Plano Plurianual (PPA) e, nele, havia a primeira obra de infraestrutura de seu governo: o Projeto de Transposição do Rio São Francisco para a região do Semiárido Nordeste, com ênfase na ampla participação da sociedade civil na elaboração do plano. No entanto, mais de 500 organizações da sociedade civil reagiram contrariamente ao conteúdo final do PPA, expressando, por meio de uma carta pública ao presidente, inconformismo com relação às decisões governamentais, que colocariam em risco a sustentabilidade.

4. A GOVERNANÇA E O CONFLITO PELO USO DA ÁGUA NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

A discussão em torno do Projeto da Transposição das Águas do Rio São Francisco, foi retomada em 2004, quando foi esclarecido que o volume a ser captado seria de mais 50% ao proposto em 1980, destinado a parte dos territórios dos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, onde seriam beneficiados doze milhões de nordestinos. Conforme Silva (2011), no cenário nacional, houve conflitos entre os que defendiam o projeto e os que questionavam a viabilidade do mesmo.

Entretanto, neste mesmo ano, a obra entrou em desacordo com o Plano Diretor de Recursos Hídricos do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF). Ao ser incorporado o conceito de vazão ecológica como critério para definição da disponibilidade hídrica da bacia, constatou-se escassez de água para os usos múltiplos. Assim, o Plano recomendou a alocação externa apenas para consumo humano e dessedentação animal (Machado, 2008).

Conforme Costa (2003), o maior obstáculo à Transposição, atualmente, é risco de déficit energético, já que as águas do São Francisco, em usinas hidrelétricas, são responsáveis pelo abastecimento de eletricidade. Retirar água do rio representa reduzir a geração de energia. Especialistas consideram que a Transposição caminha em sentido contrário ao processo de “Revitalização” do Rio São Francisco.

Coelho considera que, somente até os primórdios do século XX, o atualmente fragmentado Rio São Francisco podia ser chamado de 'rio da Unidade Nacional', já que, ele teve a função de conduzir correntes populacionais em direção ao Piauí e interior do Ceará e, em sua margem esquerda, Bahia e Minas Gerais, além de encaminhar imigrantes para as minas de Goiás e Mato Grosso. Hoje, esta denominação, para o autor, é um anacronismo, sem apoio na realidade.

Em termos de percepção territorial, Valêncio (2010) afirma que:

Quase 40% da bacia hidrográfica do Velho Chico encontra-se no território mineiro. Em fóruns decisórios sobre os destinos do rio, orgulham-se em dizer os representantes mineiros que seu estado é a “caixa d’água do São Francisco”, os mais importantes afluentes,



dependendo da eficiente gestão mineira das águas. Trata-se de uma retórica para gerar um diferencial de poder frente aos estados à jusante. E um similar que justifique a perpetuidade de um mesmo grupo frente aos órgãos que tratam das águas doces e, desde aí, controlam a vida social dos que dela dependem (...) (Valêncio, 2010, p.204).

Já Andrade (2002) identifica o conflito pelo uso do solo e das águas da bacia do São Francisco a partir de três posições. De um lado, os moradores da bacia, os que vivem “na beira do rio (ribeirinhos, pescadores, populações indígenas)” e os que o defendem (ONGs e outras entidades da sociedade civil). Estes atores, segundo a autora, têm identificação com o rio e afirmam que ele está doente, querem um rio forte, com peixes, cheias. Porém, de lado oposto, os órgãos dos governos federal, estaduais e municipais reconhecem a degradação da bacia, entretanto,

ao mesmo tempo desejam desenvolver a economia do Nordeste usando as águas descritas por leis federais ou estaduais com a finalidade de abastecimento urbano residencial e industrial, geração de energia elétrica e irrigação de culturas voltadas ao mercado exterior” (Andrade, 2002, p.26).

O investimento para desenvolver a agricultura irrigada próxima aos canais de irrigação e açudes no sertão semiárido em terras apropriadas para cultivo não pode ser considerado simples. Afinal, nessa região, há problemas como a especulação, e a valoração de terras, bem como conflitos entre posseiros e fazendeiros, desapropriação de terras férteis, empreguismo e reforma agrária socialmente injusta. Entretanto, como cerca de 70% da água da para irrigação poderia atender 30 mil hectares de terras próprias para cultivo e beneficiar menos de 5% da população, os favorecidos, segundo Andrade (2002), seriam os grandes proprietários de terra particulares e públicas em detrimento da população rural.

Dessa forma, segundo a autora, o aumento de culturas irrigadas voltadas ao mercado internacional implicaria em menor uso de mão de obra, porém maior utilização de maquinário, fertilizantes e pesticidas, com consequentes problemas de dependência técnica, empobrecimento e proletarização das populações locais, além de contaminação e salinização dos solos e da água.

Segundo Coelho (2005), os governadores de Minas Gerais, Bahia, Alagoas e Sergipe manifestaram de forma clara sua desaprovação ao projeto “de Ciro Gomes”. Inclusive, o então governador Aécio Neves (MG) não só solicitou ao Supremo Tribunal Federal a paralização das obras como também declarou, na reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, em junho de 2005, que somente disponibilização de água para as populações do semiárido nordestino não promoverá, por si só, isoladamente, o desenvolvimento e resolverá os problemas decorrentes da exclusão, da miséria e as causas do subdesenvolvimento regional, pois, segundo o então governador, seriam necessárias medidas muito mais profundas e abrangentes relativas à geração de emprego, renda, saúde e educação.

O conflito pelo uso das águas do rio “da integração nacional” aparece quando os representantes e a população em geral de estados da Federação não tiveram opinião semelhante sobre este tema. A divergência aconteceu devido ao fato de os governadores dos estados do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte apresentarem posição favorável ao projeto de transposição”, ao contrário do governo de Minas, por exemplo (Coelho, 2005).

A gestão de um recurso hídrico consiste no que Löfler (2000) chama de “parceria de recurso comum”. Isto porque, conforme Campos & Fracalanza (2010) o êxito de uma política pública depende da capacidade financeira, instrumental e operacional do estado e, para tanto, é necessário construir espaços para negociação efetiva de tal política de forma a mobilizar os grupos para que a apoiem. Demais, no contexto da política das águas, é preciso também adotar um gerenciamento de recursos hídricos. Trata-se de um conjunto de ações que visam regular o uso, o controle e a proteção das águas, bem como a avaliar a conformidade da situação corrente com os princípios doutrinários estabelecidos pela Política das Águas.

Löfler (2000) indica que, neste modelo, é preciso desenvolver avaliações conjuntas dos resultados, o que pressupõe confiança entre as partes envolvidas e, inclusive, esta confiança de ser desenvolvida entre diferentes níveis do governo. Para tal, o autor ressalta que é preciso focar nos resultados e haver responsabilização por parte de todos.

Dessa forma, todos devem ter a obrigação de demonstrar e assumir responsabilidade por desempenho

conforme o acordo que firmaram na parceria (Löffer, 2000). Exemplo disso é o Projeto de Revitalização do Rio São Francisco. Como transpor as águas de um rio que está tão degradado?

O Projeto de Revitalização surgiu a partir da polêmica gerada pelo projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o chamado Nordeste setentrional. Os atores sociais que contestavam a obra da transposição cunharam o termo “Revitalização” do Rio São Francisco por reconhecerem que a fragilidade do rio e de sua bacia indicava a necessidade da revitalização antes da transposição, ou em contraposição a ela. O citado decreto [promulgado em 5 de junho de 2001] configura-se como uma resposta aos setores contrários à obra que ameaça a integridade do rio da integração nacional. No entanto, o mérito do Projeto foi introduzir a ideia da revitalização de bacias hidrográficas no rol das políticas públicas sob responsabilidade da União, Estados e municípios (Machado, 2008, p. 196).

A governabilidade refere-se às condições sob as quais se dá o exercício do poder em uma sociedade, incluindo as características do regime político, a forma de governo, as relações entre os poderes, os sistemas partidários, o sistema de intermediação de interesses etc. Além disso, sendo a governança um processo em que são propostos e adotados novos caminhos com o objetivo de estabelecer uma relação em que há espaço para o atendimento das demandas sociais e o gerenciamento dos diferentes interesses (Campos & Fracalanza, 2010), pode-se dizer que, no contexto da Transposição do Rio São Francisco, o conflito está predominando.

Coelho (2005, p.201) corrobora esta posição ao afirmar que uma das principais razões para vários especialistas discordarem do projeto, ao lado dos prejuízos socioambientais, decorre dos procedimentos utilizados pelo Governo Federal. Segundo ele, a imposição de um projeto dessa importância sem discussão prévia e democrática só aconteceria no “governo militar”. Afinal, é espantoso as autoridades federais implantarem

autoritariamente uma obra que visa alterar o fluxo das águas de um dos principais rios do país.

Cabe ressaltar que as alterações propostas no projeto são contestadas pelos estudiosos que conhecem o rio e pelas comunidades tradicionais que vivem que em suas margens. E, mesmo assim, ainda não se conseguiu mostrar com sucesso para o Governo Federal o quanto é urgente restaurar e conservar o rio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Transposição e a Revitalização das águas do São Francisco representam assuntos que, atualmente, tem causado polêmica entre especialistas, moradores e técnicos do governo. E isso acaba gerando conflitos pelo uso da água e na formulação e implementação de políticas públicas, principalmente nos estados diretamente envolvidos no projeto.

As propostas do projeto, além de criticadas por especialistas, são fontes de conflitos em alguns estados da federação (representantes), além de dividir a opinião da sociedade em geral e claramente prejudicar as populações tradicionais que vivem nas margens do Velho Chico. Mesmo assim, o Governo Federal deu continuidade às obras do projeto, o que faz com se possa questionar a governança do Estado que o implantou. Assim, pode-se dizer que o conflito prevaleceu e a parceria na gestão das águas poderá não obter sucesso.

Neste sentido, percebe-se a importância da agenda⁵ de pesquisas relacionar Políticas Públicas e Gestão em Saneamento com as Relações Intergovernamentais. No mais, os estudos devem ser direcionados à avaliação da percepção de atores sociais sobre as políticas públicas orientadas para tal projeto.

Acredita-se, ainda, que a realização de um estudo com consistência metodológica, incluindo reflexões e debates envolvendo os diversos atores sociais pode contribuir para orientar as políticas públicas cada vez mais para o interesse da população, aumentando, assim, a efetividade e a eficiência das ações. E, ainda, tanto melhor se envolver imprensa e participação social.

⁵ Cabe ressaltar que a bibliografia sobre o tema que se pretende pesquisar é escassa. Embora o assunto seja de grande interesse, uma pesquisa no portal da Biblioteca Digital Domínio Público, disponível no sítio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – www.capes.gov.br – revela que não há trabalhos de caráter científico sobre análise do discurso de atores sociais e produtos midiáticos sobre o Rio São Francisco.



6. LITERATURA CITADA

- ANDRADE, R. **Da transposição das águas do Rio São Francisco à revitalização da bacia: as várias visões de um rio “águas para a vida!” assim gritam as vozes que vivem na bacia do velho Chico.** In: Fórum Permanente de Defesa do São Francisco/ International Rivers Network/ Coalizão Rios Vivos. Agosto de 2002. p.46.
- ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18 p.7-9, fev. 2003.
- BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L.C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas.** São Paulo: Cortez Editora, 2003. 310p.
- CAMPOS, V.N.O.; FRACALANZA, A.P. Governança das águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.13, n.2, p.365-382, jul.-dez. 2010.
- COELHO, M.A.T. **Os descaminhos do São Francisco.** São Paulo: Paz e Terra, 2005. 272p.
- COSTA, A.M. **Avaliação da política nacional de saneamento, Brasil – 1996/2000.** 2003. 248p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Recife. 2003.
- EMPINOTTI, V.L. E se eu não quiser participar? O caso da não participação nas eleições do Comitê de Bacia do Rio São Francisco. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.14, n.1, p.195-211, jan.-jun. 2011
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, v.21, p.211-59, jun. 2000.
- HELLER, L.; COUTINHO, M.L.; MINGOTI, S. Diferentes modelos de gestão de serviços de saneamento produzem os mesmos resultados? Um estudo comparativo em Minas Gerais com base em indicadores. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v.11, p.325-336, out./dez. 2006.
- HELLER, L.; CASTRO, J.E. Política pública de saneamento: apontamentos teórico-conceituais. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v.13, n.3, p.284-295, jul./set. 2007.
- LÖFLER, E. A gestão da responsabilização nas parcerias intergovernamentais. **Revista do Serviço Público (ENAP)**, Brasília, v.1, n.1, p.1-34, nov. 1937 – Ano 51, n.2 (abr./jun. 2000).
- MACHADO, A.T.M. A construção de um programa de revitalização na bacia do Rio São Francisco. **Estudos Avançados**, v.22, n.63, p.195-210, 2008.
- SANTOS, J.Y.G.; CUNHA, T.B.; VIANNA, P.C.G. Conflito pelo uso da água no sertão Paraibano: o estudo de caso do Açude São Francisco II. **Revista Cadernos do Logepa**, João Pessoa, v.6, n.2, p.140-160, jul./dez. 2011.
- SILVA, A.C.A.B. **A transposição das águas do Rio São Francisco: interesses e conflitos.** XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des) Igualdades. Salvador, ago, 2011.
- SCARPIN, P. Era uma vez a transposição. **Revista Piauí**. Rio de Janeiro, Ed. Alvarenga, dez. 2012. p.28-34.
- SWYNGEDOUW, E. **Social power and the urbanization of water: flows of power.** Oxford University Press: UK, 2004, 206p.
- TREVISAN, A.P.; BELLEN, H.M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, v.42, n.3, p.529-550, maio/jun. 2008.
- VALÊNCIO, N. Conflitos ambientais no Velho Chico: O modus operandi da descreditação pública da pesca artesanal. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p.202-223.